

Sumário

COLEÇÃO SINOPSES PARA CONCURSOS	7
GUIA DE LEITURA DA COLEÇÃO	9
CAPÍTULO 1 ► DIREITO ELEITORAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	21
1. Conceito, objeto e objetivos do Direito Eleitoral	21
2. A democracia como condição basilar para a existência do Direito Eleitoral	22
2.1. Espécies de democracia	24
2.2. Institutos da democracia participativa	25
2.2.1. O plebiscito para a divisão do Pará	27
3. A garantia da legitimidade do exercício do poder de sufrágio popular como objetivo do Direito Eleitoral	29
4. O deferimento de mandatos políticos como pressuposto da representação política	33
5. O Direito Eleitoral como microsistema jurídico e as suas relações com outros ramos do Direito	35
6. As fontes do Direito Eleitoral	38
6.1. Constituição Federal de 1988	39
6.2. Código Eleitoral (Lei nº. 4.737, de 15/07/1965)	39
6.3. Lei das Eleições (Lei nº. 9.504/97)	40
6.4. Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar nº. 64/90)	40
6.5. Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral	41
6.6. Consultas a TSE e TREs	42
7. Princípios do Direito Eleitoral	43
7.1. A distinção entre princípios e regras	43
7.2. Princípio da lisura das eleições	44
7.3. Princípio do aproveitamento do voto	44
7.4. Princípio da celeridade	45
7.5. Princípio da anualidade	46
7.5.1. O princípio da anualidade eleitoral e a Emenda Constitucional nº 107	48
7.6. Princípio da moralidade eleitoral	49
CAPÍTULO 2 ► OS SISTEMAS ELEITORAIS	55
1. Introdução	55
2. Os sistemas eleitorais e as suas espécies	55
2.1. O sistema eleitoral majoritário	56
2.1.1. Os votos brancos e nulos e a questão da nulidade das eleições	58

2.2. O sistema eleitoral proporcional	59
2.3. A questão do voto distrital	61
2.4. O sistema eleitoral misto	61
3. A equação da reforma legislativa de 2017 e a engenharia dos sistemas eleitorais no Brasil: a fragmentação partidária como raiz	63
4. Considerações finais	73

CAPÍTULO 3 ► OS PARTIDOS POLÍTICOS..... 75

1. Introdução	75
2. Os partidos políticos na Constituição Federal de 1988.....	76
3. Os partidos políticos na Lei nº 9.096/95	78
3.1. Disposições preliminares	78
3.2. Da criação e do registro dos partidos políticos	81
3.3. Da fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos.....	85
3.4. O funcionamento parlamentar e a cláusula de barreira.....	88
3.5. Do programa e do estatuto dos partidos políticos.....	90
3.6. Responsabilidade civil e trabalhista dos órgãos partidários	90
3.7. Disciplina e fidelidade partidárias.....	91
3.8. Da filiação partidária.....	102
3.8.1. A Resolução TSE nº 23.596/19 e a criação do Sistema FILIA	106
3.9. Das finanças e contabilidades dos partidos políticos.....	108
3.10. Do fundo partidário.....	114
3.11. Do acesso gratuito ao rádio e à TV.....	119
4. As coligações partidárias	122
5. A Lei 14.208/21 e a possibilidade de criação de federações partidárias	126
6. As fundações e institutos mantidos pelos partidos políticos.....	130

CAPÍTULO 4 ► JUSTIÇA ELEITORAL..... 133

1. Notas introdutórias.....	133
2. Funções da Justiça Eleitoral.....	133
2.1. Função jurisdicional da Justiça Eleitoral	134
2.2. Função executiva da Justiça Eleitoral.....	135
2.3. Função legislativa (normativa) da Justiça Eleitoral.....	137
2.4. Função consultiva da Justiça Eleitoral.....	138
3. Organização e competência da Justiça Eleitoral	139
3.1. O Tribunal Superior Eleitoral	140
3.2. Os tribunais regionais eleitorais	143
3.3. Os juízes eleitorais e a divisão geográfica da Justiça Eleitoral de primeira instância.....	147
3.4. As Juntas Eleitorais	149

CAPÍTULO 5 ► MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	151
1. Notas introdutórias.....	151
2. Princípios institucionais do Ministério Público Eleitoral	152
2.1. Princípio da federalização	152
2.2. Princípio da delegação.....	153
2.3. Princípio da excepcionalidade	153
3. Organização e atribuições do Ministério Público Eleitoral.....	154
4. O exercício de atividade político-partidária por membros do Ministério Público	157
 CAPÍTULO 6 ► ALISTAMENTO ELEITORAL E AQUISIÇÃO DA CAPACIDADE POLÍTICA.....	159
1. A capacidade política: conceito e noções preliminares	159
2. A aquisição da nacionalidade brasileira	160
3. O alistamento eleitoral e a gestão do cadastro eleitoral	164
3.1. Diferença entre alistamento, transferência, revisão e segunda via	170
3.2. Documentos necessários para o alistamento eleitoral.....	170
3.3. O alistamento eleitoral no Código Eleitoral: principais informações.....	173
4. O domicílio eleitoral	175
4.1. Transferência do domicílio eleitoral	176
5. Do título eleitoral	177
6. Do batimento de dados biográficos e de dados biométricos	177
7. Correção e revisão do eleitorado e procedimento revisional	180
8. Perda e suspensão dos direitos políticos	181
8.1. A suspensão dos direitos políticos por incapacidade civil absoluta e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº. 13.146/15)	183
8.2. A suspensão dos direitos políticos em virtude de condenação criminal transitada em julgado	188
8.3. Suspensão dos direitos políticos por improbidade administrativa.....	190
 CAPÍTULO 7 ► CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS E REGISTRO DE CANDIDATURAS.....	191
1. Notas introdutórias.....	191
2. Das convenções para a escolha de candidatos a cargos eletivos.....	192
2.1. As espécies de convenções partidárias	193
2.2. As alterações na disciplina das convenções partidárias promovidas pela Lei nº. 12.034/09	193
2.3. As convenções e a questão dos prazos de filiação partidária e domicílio eleitoral	194
2.4. A questão da candidatura nata	197
3. Do registro de candidatos.....	197
3.1. A questão do número máximo de candidatos a serem registrados por cada partido político ou coligação partidária.....	197

3.2. A questão do preenchimento mínimo de vagas para cada sexo	199
3.3. Documentos necessários para a promoção do registro de candidatura ...	201
3.4. A polêmica em torno do conceito de quitação eleitoral	205
3.5. A questão da obrigatoriedade de registro das propostas de candidatos a prefeito, governador e presidente da República	206
3.6. O requerimento individual de candidatura	207
3.7. O momento correto para a aferição das condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade.....	208
3.8. O registro <i>sub judice</i> de candidato impugnado e a teoria da “conta e risco”	209
3.9. A situação de candidatos expulsos dos seus partidos políticos após o registro da candidatura	213
3.10. Identificação numérica e variação nominal dos candidatos.....	213
3.11. A substituição de candidatos após o término do prazo de registro de candidaturas.....	215
4. Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC).....	218

CAPÍTULO 8 ► CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE E CAUSAS DE INELEGIBILIDADE..... 219

1. Notas introdutórias: a distinção entre condições de elegibilidade e inelegibilidade	219
2. As condições de elegibilidade previstas na Constituição de 1988.....	223
3. As causas de inelegibilidade: Noções conceituais e classificação	226
4. Hipóteses de inelegibilidades previstas na Constituição Federal de 1988.....	227
4.1. Os inalistáveis e os analfabetos.....	227
4.2. A questão da reeleição para cargos executivos	229
4.3. A necessidade de desincompatibilização do presidente da república, governadores e prefeitos a fim de concorrerem a outros cargos	231
4.4. A questão da inelegibilidade reflexa prevista no § 7º do artigo 14 da CF/88	232
4.5. Candidaturas de militares.....	235
5. Hipóteses de inelegibilidade previstas na Lei Complementar nº. 64/90 e a Lei da Ficha Limpa.....	236
5.1. A “Lei da Ficha Limpa” (LC 135/10) e as alterações por ela propiciadas na Lei das Inelegibilidades (LC 64/90).....	236
5.2. Situações hipotéticas de inelegibilidades previstas na LC 64/90	242
5.2.1. A inelegibilidade dos inalistáveis, dos analfabetos e dos parlamentares com mandatos cassados.....	242
5.2.2. A inelegibilidade de governadores, prefeitos e seus vices por violação a dispositivo de Constituição Estadual, Lei Orgânica do DF ou de município.....	244
5.2.3. A inelegibilidade em virtude de condenação em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político.....	245

5.2.4. A inelegibilidade em virtude da prática de crimes (art. 1º, I, “e” da LC 64/90).....	246
5.2.5. A inelegibilidade em virtude de incompatibilidade ou indignidade do oficialato.....	248
5.2.6. A inelegibilidade em virtude de rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas por irregularidade insanável e a Súmula nº. 01 do TSE	249
5.2.7. As novas hipóteses de inelegibilidades instituídas pela Lei da Ficha Limpa: as alíneas “j” a “q” do inciso I do art. 1º da LC 64/90.....	251
6. A LC 64/90 e as previsões de prazos de desincompatibilização de titulares de determinados cargos ou funções como requisito para a disputa de mandatos eletivos	253
6.1. Situações em que o prazo de desincompatibilização exigido é de seis meses antes do pleito.....	255
6.2. Situações em que o prazo de desincompatibilização exigido é de quatro meses antes do pleito.....	255
6.3. Situações em que o prazo de desincompatibilização exigido é de três meses antes do pleito.....	256
7. Bloco de constitucionalidade e a questão da inconveniência de dispositivos da Lei da Ficha Limpa	258
8. A Nova Lei da Ficha Limpa (LC 219/2025): o que mudou?	264
9. Mudanças promovidas na Lei das Eleições pela LC 219/2025	275

CAPÍTULO 9 ► ARRECADAÇÃO DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS 277

1. Notas introdutórias.....	277
2. A administração financeira das campanhas eleitorais.....	279
3. As doações realizadas por pessoas físicas para campanhas eleitorais.....	283
4. O fim das doações financeiras de pessoas jurídicas nas campanhas eleitorais e os novos tetos de gastos de campanhas	286
5. Receitas vedadas a candidatos e partidos políticos em campanha eleitoral.....	289
6. O fundo especial de financiamento de campanhas (FEFC).....	290
7. Da prestação de contas nas campanhas eleitorais.....	297
7.1. A verificação da regularidade das contas pela Justiça Eleitoral.....	303
7.2. A representação do artigo 30-A da Lei nº. 9.504/97.....	304
7.3. As sobras de campanhas eleitorais.....	305

CAPÍTULO 10 ► PESQUISAS ELEITORAIS E PROPAGANDA POLÍTICA 307

1. Notas introdutórias.....	307
2. As pesquisas eleitorais.....	307
3. A propaganda política	311
3.1. Princípios da propaganda política.....	312
3.2. As espécies de propaganda política.....	313

4. Da propaganda eleitoral em geral.....	322
4.1. O importante art. 37 da Lei das Eleições.....	322
4.2. A propaganda eleitoral dos candidatos a vice e a suplentes de senador	325
4.3. A distribuição de folhetos, volantes e outros impressos na campanha eleitoral	326
4.4. A realização de comícios e showmícios e a utilização de alto-falantes, amplificadores de som e tríos elétricos nas campanhas eleitorais	327
4.5. As vedações à boca de urna e a questão da manifestação individual e silenciosa do eleitor no dia da eleição	329
4.6. A vedação ao uso, na propaganda eleitoral, de símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos de governo, empresas públicas ou sociedades de economia mista	331
4.7. O artigo 41 da Lei nº. 9.504/97 e o exercício do poder de polícia na propaganda eleitoral	331
4.8. Propaganda política, pandemia e Emenda Constitucional 107	333
5. Da propaganda eleitoral mediante <i>outdoors</i>	337
6. Da propaganda eleitoral na imprensa escrita.....	338
7. Da propaganda eleitoral no rádio e na televisão.....	339
7.1. As vedações impostas pela legislação às emissoras de rádio e televisão durante o período eleitoral.....	340
7.2. Os debates eleitorais no rádio e na TV	341
7.3. O horário eleitoral gratuito	345
8. Da propaganda eleitoral na internet.....	349
8.1. Quais os deveres dos provedores de aplicação que prestem serviços de impulsionamento de propagandas na internet?	354
8.2. O que caracteriza conteúdo político-eleitoral para fins de impulsionamento de anúncios na internet?.....	356
8.3. É permitido o uso de inteligência artificial na propaganda eleitoral?	356
8.4. Avatares e <i>chatbots</i> podem ser utilizados na comunicação entre candidatos e eleitores?.....	356
8.5. É possível o uso de técnicas de “deep fake” na propaganda eleitoral?... ..	356
9. Do direito de resposta	357
9.1. Direito de resposta em virtude de ofensa promovida na internet.....	359
9.2. Considerações finais sobre o direito de resposta	360
10. A representação por propaganda eleitoral irregular (art. 96 da lei nº. 9.504/97).....	361
11. Quadro-resumo: o que pode e o que não pode na propaganda eleitoral.....	361

CAPÍTULO 11 ► ORGANIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES, GARANTIAS ELEITORAIS E DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS

367

1. Notas introdutórias.....	367
2. A organização das seções eleitorais e das mesas receptoras de votos.....	367

2.1. A organização das seções eleitorais.....	367
2.2. A organização das mesas receptoras de votos.....	369
3. Do sistema eletrônico de votação e da totalização dos votos.....	371
3.1. O início e o encerramento da votação	372
3.2. Documentos necessários à identificação do eleitor.....	372
3.3. O voto em separado e sua previsão no Código Eleitoral	374
3.4. A questão da impossibilidade de conclusão do procedimento de votação pelo eleitor.....	374
3.5. A questão do voto em trânsito para Presidente da República	375
3.6. A votação por cédulas.....	376
3.7. As recentes reformas eleitorais e a adoção do voto impresso nas eleições.....	377
3.8. Nulidades na votação.....	381
3.9. Fiscalização e auditoria do sistema eletrônico de votação.....	384
4. Justificativa de não comparecimento à eleição.....	387
5. A fiscalização das eleições.....	389
6. A questão da contratação de cabos eleitorais durante a campanha	390
7. Garantias eleitorais	390
8. A apuração e a proclamação dos resultados.....	392
8.1. A apuração da votação por meio de cédulas.....	394
9. A diplomação e a posse dos eleitos.....	395

CAPÍTULO 12 ► ABUSO DE PODER NAS ELEIÇÕES, CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHAS ELEITORAIS E COMBATE À VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A MULHER

399

1. Noções introdutórias	399
2. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais	404
2.1. Condutas vedadas previstas nos incisos I a IV do art. 73 da Lei das Eleições.....	404
2.2. As condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e o inciso V do art. 73 da Lei das Eleições	407
2.3. Condutas vedadas aos agentes públicos nos três meses anteriores ao pleito (art. 73, VI da Lei das Eleições)	409
2.4. Vedação à realização de despesas com publicidade que excedam a média de gastos	412
2.5. A questão da revisão geral da remuneração de servidores públicos em ano eleitoral	413
2.6. Consequências advindas do descumprimento das normas do artigo 73 da Lei das Eleições	413
2.7. O artigo 74 da Lei das Eleições e a possibilidade de cassação de diploma de candidato violador do artigo 37, § 1º, da Constituição Federal.....	415
2.8. A questão da vedação de contratação de shows artísticos pagos com	

recursos públicos nos três meses que antecederem às eleições	416
2.9. A questão da presença de candidatos em inaugurações públicas	416
2.10. A representação por prática de conduta vedada prevista no art. 96 da Lei nº. 9.504/97.....	417
3. A captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da Lei das Eleições).....	418
4. A questão do fornecimento gratuito de transporte e alimentação em dias de eleição	422
4.1. O transporte dos eleitores no dia da eleição	422
4.2. O oferecimento de refeições a eleitores no dia da eleição	424
5. Combate à violência política contra a mulher	425
CAPÍTULO 13 ► AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS	427
1. Notas introdutórias.....	427
2. Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC).....	427
2.1. Legitimidade ativa para a AIRC	427
2.2. Legitimidade passiva para a AIRC	429
2.3. Prazo para a interposição da AIRC	429
2.4. Competência para o processamento e julgamento da AIRC	430
2.5. Procedimento da AIRC	430
3. Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)	432
3.1. Legitimidade ativa e passiva para a AIJE.....	432
3.2. Prazo para a interposição da AIJE	433
3.3. Competência para o processamento e julgamento da AIJE	434
3.4. Procedimento da AIJE	434
3.5. Efeitos da procedência da AIJE	436
4. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME)	437
4.1. Objeto e previsão constitucional da AIME	437
4.2. Competência para o processamento e julgamento da AIME	438
4.3. Legitimidade ativa e passiva para a AIME.....	438
4.4. Procedimento adotado na AIME.....	439
4.5. A questão da possibilidade de litispendência entre AIJE, AIME e RCD.....	439
5. A representação do art. 96 da lei nº 9.504/97	439
5.1. Rito processual da representação prevista no art. 96 da Lei das Eleições	440
6. Representação por Captação Ilícita de Sufrágio	441
7. Representação para a apuração de arrecadação e gastos ilícitos (Captação ilícita de recursos: art. 30-A da Lei das Eleições).....	443
8. Recurso Contra a Diplomação (RCD)	444
8.1. A legitimidade ativa e passiva para o RCD.....	446
8.2. Algumas questões processuais referentes ao RCD.....	447
9. Ação Rescisória Eleitoral	448

9.1. Pressupostos da Ação Rescisória Eleitoral	448
9.2. A questão da possibilidade de concessão de tutela antecipada em sede de ação rescisória eleitoral	449
10. Teoria geral dos recursos eleitorais	450
11. Os recursos eleitorais em espécie	453
11.1. Recursos contra decisões de Junta Eleitoral	453
11.2. Recursos contra decisões de juiz eleitoral.....	454
11.3. Recursos contra decisões de tribunal regional eleitoral	454
11.4. Recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral.....	457
12. A Lei 13.165/15 e as alterações promovidas na matéria processual eleitoral	458
13. Breves considerações sobre a aplicação do CPC/2015 ao processo eleitoral.....	460
 CAPÍTULO 14 ► CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL.....	467
1. Notas introdutórias.....	467
2. O Processo penal eleitoral	467
2.1. A instauração do processo penal eleitoral e o inquérito policial eleitoral	467
2.2. A fase de conhecimento do processo penal eleitoral	469
2.3. Competência para o processamento e o julgamento dos crimes eleitorais.....	470
2.3.1. A competência em razão do lugar.....	470
2.3.2. A competência em razão do domicílio ou residência do réu.....	470
2.3.3. A competência em razão da matéria	470
2.3.4. A competência em razão da pessoa	471
2.3.5. As hipóteses de existência de conexão e continência	473
2.4. A revisão criminal eleitoral.....	475
2.5. O Pacote Anticrime, o juiz de garantias e sua aplicação ao processo eleitoral	476
3. Os crimes eleitorais	479
3.1. Dos crimes concernentes à formação do corpo eleitoral.....	480
3.2. Crimes eleitorais relativos à formação e funcionamento dos partidos políticos	481
3.3. Os crimes eleitorais em matéria de inelegibilidade	482
3.4. Os crimes eleitorais concernentes à propaganda eleitoral	483
3.5. Os crimes relativos à votação	490
3.6. Crimes eleitorais pertinentes à garantia do resultado legítimo das eleições.....	495
3.7. Crimes concernentes à organização e funcionamento dos serviços eleitorais.....	498
3.8. Crimes contra a fé pública eleitoral	501

Anexo 1 ▶	SÚMULAS DO TSE.....	505
Anexo 2 ▶	TESES DE REPERCUSSÃO GERAL DO STF NO ÂMBITO DO DIREITO ELEITORAL.....	515
A)	Princípios do direito eleitoral: princípio da anualidade.....	515
B)	Ministério Público Eleitoral.....	515
C)	Elegibilidade e inelegibilidade	515
D)	Liberdade de reunião e propaganda política	517
E)	Provas	517
Anexo 3 ▶	RESOLUÇÃO Nº 23.478, DE 10 DE MAIO DE 2016.....	519
	REFERÊNCIAS	523